

Aprovada a reforma, juízes perdem aposentadoria especial

Decisão foi tomada depois de seis horas de debates com a participação de 21 senadores. Matéria segue agora para a Câmara dos Deputados, onde as mudanças serão apreciadas



Diante de um plenário lotado, Antonio Carlos deixou a presidência para, na condição de parlamentar, defender a sua emenda

“A vitória é do Senado”, diz ACM

“Foi um esforço de todos os senadores, que queriam uma boa posição para o Senado diante do povo”, afirmou ontem Antonio Carlos Magalhães, ao final da votação em segundo turno da reforma da Previdência. Durante a votação, Antonio Carlos deixou a presidência da sessão para defender a sua emenda, na condição de parlamentar. Ele pregou o fim de todos os privilégios.

Página 3

CAS aprova regulamentação de seguro-saúde

Página 8

Ao votar ontem em segundo turno a reforma da Previdência Social, o Senado eliminou a possibilidade de juízes e promotores terem aposentadorias diferenciadas do restante do funcionalismo público. A decisão foi tomada pelo plenário ao votar destaque proposto pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães.

A matéria, que agora segue para a Câmara dos Deputados, foi discutida durante quase seis horas por 21 oradores. Pela manhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já havia dado o passo final para a votação da matéria em plenário, ao apreciar emendas de redação sugeridas durante a fase de discussão.

Páginas 2 a 5



Pela manhã, a Comissão de Justiça apreciou emendas de redação à reforma da Previdência

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Cai aposentadoria especial para juizes

Depois de quase seis horas de debates, o plenário aprovou ontem, em segundo turno, a reforma da Previdência. Os senadores concordaram em eliminar, em votação de destaque em separado proposta pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, uma expressão que, na prática, permitiria que juizes e promotores pudessem ter aposentadoria diferenciada do restante do funcionalismo.

Também em votação em separado, num destaque apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, foi suprimido um parágrafo que previa uma lei complementar (*quorum* qualificado) sobre o regime previdenciário dos militares que refletisse suas peculiaridades profissionais.

Vinte e um senadores discursaram durante a discussão da reforma da Previdência, que agora retornará à Câmara dos Deputados. O Senado aprovou um substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), o qual mudou os pontos mais importantes da proposta aprovada pelos deputados no ano passado.

Em linhas gerais, os senadores aprovaram a idade mínima como requisito para quem se aposentar (INSS ou

serviço público), sendo 60 anos para homem e 55 para mulher. Acaba ainda a aposentadoria proporcional, e todo servidor público que pedir aposentadoria terá um redutor de até 30% em seus proventos, se seu salário for superior a R\$ 1.200,00. Até esse valor, a aposentadoria do servidor será integral. Para quem já trabalha, seja em empresa privada ou para governos, haverá uma fase de transição, onde a idade mínima é de 55 anos para homem e 48 para mulher. A reforma não muda o tempo de serviço exigido para aposentadoria - 35 anos para homem e 30 para mulheres.

A votação foi precedida por longas discussões sobre o Regimento e a possibilidade de se suprimir, em segundo turno, por votação em separado, algum trecho de emenda constitucional aprovada em primeiro turno. O senador Antonio Carlos Magalhães desencadeou as discussões ao apresentar requerimento propondo a supressão, por votação em destaque, de três palavras do substitutivo que permitiriam aposentadorias diferenciadas de juizes. Antonio Carlos citou precedentes do Senado para propor a supressão.

O Regimento do Senado não

permite emenda de mérito na votação de segundo turno de proposta de alteração constitucional. Depois de muito debate, o presidente em exercício da sessão, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), vice-presidente do Senado, entendeu que o requerimento de supressão das três palavras ("no que couber") era pertinente e

O debate em plenário concentrou-se basicamente na possibilidade ou não de aposentadoria especial para os magistrados

não feria o Regimento.

A discussão da reforma da Previdência concentrou-se basicamente no debate sobre a possibilidade ou não de aposentadoria especial de magistrados. Os senadores que defenderam situação diferenciada de juizes sustentaram, entre outras coisas, que eles não podem ter outros empregos (exceto de professor) e nem sequer participar de qualquer negócio. Por isso, com uma situação especial, eles deveriam ter também aposentadoria especial, sem o redutor de 30% previsto na reforma para todo funcionário público. "Não se trata de privilégios, mas de prerrogativas", afirmaram os senadores Ronaldo Cunha

Lima (PMDB-PB) e José Ignacio Ferreira (PSDB-ES).

Antonio Carlos Magalhães sustentou que os brasileiros esperavam que os senadores impedissem "aposentadorias privilegiadas da magistratura".

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, ponderou que, por coerência, os senadores deveriam também suprimir do texto a referência à previdência diferenciada dos militares. Vários senadores lembraram que o texto aprovado em primeiro turno não criava automaticamente uma aposentadoria especial para magistrados, destacando que o STF teria de encaminhar ao Congresso projeto de lei sobre

o assunto.

No final, o substitutivo foi aprovado por 54 votos favoráveis, 13 contrários e uma abstenção. O Bloco Oposição votou contra, argumentando que defende uma previdência geral única para qualquer trabalhador, o que não foi contemplado pelo substitutivo de Beni Veras.

Já a frase que se referia à magistratura foi suprimida por não ter conseguido 49 votos para sua manutenção - foram 40 votos a favor da frase, 27 contra e duas abstenções. Os senadores aprovaram ainda três emendas de redação.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anouche Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza, Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suely Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro
Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

www.senado.gov.br

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães
11h30 - Recebe o senhor Ramiz Ezzeltin Ramiz, embaixador da República Árabe do Egito
15h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
 Pauta: Hora do Expediente dedicada a homenagear o 20º aniversário da criação do Mato Grosso do Sul
 Orador: Ramaz Tebet
 Ordem do Dia: apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão do "PLC nº 43/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados"; "Projeto de Resolução nº 116/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito junto à CEF, no valor de R\$ 4,9 milhões, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé (RS); "Projeto de Resolução nº 121/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 11,8 milhões.

COMISSÕES

10h - Comissão de Educação
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 14/96, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa"
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 7/97, que dispõe sobre o Transporte Multimodal"; e "PLC nº 76/95, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência"; e "PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas das privatizações.
 Pauta extra: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PDL nº 94/97, que escolhe Antonio Valmir Campelo Bezerra para o cargo de ministro do TCU"; "Mensagem nº 166/97, que encaminha ao Senado a Programação Monetária do quarto semestre de 1997. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa"
10h - Comissão Mista de Orçamento
 Pauta: Apreciação de projetos do lei de créditos adicionais e o Parecer Preliminar do Orçamento/98. Plenário nº 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados
 À tarde, após a Ordem do Dia - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Para ACM, a vitória é do Senado

Terminada a sessão que aprovou destaque suprimindo o privilégio de aposentadoria dos magistrados da proposta de reforma da Previdência, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recusou-se a computar o resultado como uma realização pessoal - embora o requerimento fosse de sua autoria - e enfatizou que a decisão pertencia a toda a Casa.

- A vitória é do Senado. Foi um esforço de todos os senadores, que queriam uma boa posição para o Senado diante do povo. E até mesmo dos que votaram contra nós, que, evidentemente, têm um ponto de vista que é respeitável. A democracia é isso - afirmou.

Antonio Carlos manifestou confiança na manutenção das alterações feitas pelo Senado, quando a proposta de reforma da Previdência retornar à apreciação da Câmara. Mostrou-se satisfeito com os efeitos positivos da decisão tomada pelo plenário no conceito do Legislativo perante a opinião pública.

- Estamos resgatando a imagem do Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado. Nas duas Casas estamos demonstrando ser dignos do povo brasileiro - disse.



Antonio Carlos em plenário: Senado cresce aos olhos da população

Beni Veras acolhe duas das emendas de Dutra

Antes da decisão do plenário, a CCJ aprovou, ontem pela manhã, parecer sobre cinco emendas de redação apresentadas ao substitutivo da reforma da Previdência. O relator, senador Beni Veras (PSDB-CE), acolheu parcialmente uma das emendas, integralmente duas e rejeitou outras duas, todas de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

A emenda nº 1, acolhida parcialmente, visa ao aperfeiçoamento da regra de transição estabelecida para quem já completou o processo de aquisição de direitos ao acesso a algum benefício previdenciário.

As emendas nºs 2 e 3, acolhidas integralmente, referem-se às

regras de transição para as pessoas que já ingressaram no mercado de trabalho, mas ainda não completaram os requisitos para acesso aos benefícios previdenciários. A justificativa para o acolhimento das duas emendas é a mesma: a única diferença é que a primeira trata dos servidores públicos, enquanto a outra diz respeito aos segurados do INSS.

As duas emendas rejeitadas referem-se à maneira de fixar o limite máximo dos benefícios do regime geral de previdência social e à fixação em salários mínimos do nível de renda familiar para a definição de elegibilidade ao acesso para o salário mínimo e ao auxílio-reclusão.

"Chegou a hora de acabar com a ferida do Direito"

Durante a sessão de votação da reforma da Previdência, Antonio Carlos Magalhães deixou a presidência da Mesa para defender seu destaque, na condição de parlamentar. Ele pediu à Casa que preenchesse as expectativas do povo, e, citando o padre Antônio Vieira - "o privilégio é a ferida do Direito" -, conclamou os senadores a acabarem com a aposentadoria especial dos magistrados, mesmo conscientemente das dificuldades que inevitavelmente surgem ao se contrariar interesses.

- Chegou a hora de o Legislativo acabar com a ferida do Direito e cortar os privilégios. É uma hora importante para esta Casa. O povo brasileiro merece de nós uma atitude como esta. Acabamos com os nossos privilégios. Vamos acabar com os dos magistrados também - afirmou.

O senador disse que tinha certeza de que o plenário votaria com independência, apesar da pressão sofrida nos últimos dias por parte de representantes da magistratura, pois votar temendo represálias dos juízes seria "amesquinhar a nossa decisão". Reiterou seu

respeito à Justiça, mas posicionou-se contra qualquer tipo de intimidação. Lembrou também a posição do próprio presidente do Supremo Tribunal Federal, além da do presidente da República, e de lideranças políticas de todos os partidos, contra a aposentadoria privilegiada para a magistratura.

Em momento anterior, na mesma sessão, Antonio Carlos Magalhães havia apresentado a sustentação regimental do seu pedido de destaque, rebatendo a argumentação de que este estaria em desacordo com o Regimento Interno por permitir alteração de mérito no segundo turno de votação de emenda constitucional.

Em sua justificativa, o senador adotou a tese de que o que se proíbe em segundo turno é a votação de emenda, pois esta introduz matéria nova, não examinada no primeiro turno. Já o destaque teria o caráter de "recurso derradeiro, extremo, à disposição do parlamentar para tentar modificar uma proposição que está prestes a ser votada".

ESTES SÃO OS PRINCIPAIS PONTOS DO TEXTO APROVADO

■ Proíbe que servidor aposentado ou militar da reserva receba salário de governo, exceto se for em cargo de livre nomeação e exoneração ou casos em que a Constituição permite (médico, professor). Também fica excluída a remuneração de cargos eletivos. A soma não poderá superar o teto salarial do serviço público (a ser fixado pela reforma administrativa em R\$ 12.720,00). Servidores não poderão receber duas aposentadorias de governo.

■ A idade mínima para pedir aposentadoria será de 60 anos para homem e 55 para mulher, para quem ainda não está trabalhando. O tempo de contribuição será de 35 anos para homem e de 30 para mulher.

■ Para quem já trabalha, haverá

uma fase de transição, onde a idade mínima será de 53 anos (homem) e 48 anos (mulher). Nessa fase de transição, no entanto, haverá um acréscimo de 20% no tempo que falta para completar 35 anos de serviço (homem) ou 30 anos, no caso de mulher. Ex.: quem falta 10 anos para se aposentar, trabalhará dois anos a mais (20%). Para pedir aposentadoria proporcional, quem já trabalha terá um acréscimo de 40% no tempo ainda a ser trabalhado. Não haverá aposentadoria proporcional para quem ainda não contribui.

■ Cria um redutor de até 30% nos proventos de servidor público que pedir aposentadoria. Só terá aposentadoria integral funcionário público que ganha até R\$ 1.200,00. Nenhum servidor poderá passar à

aposentadoria com salário maior que sua remuneração na ativa.

■ União, estados e municípios ficam autorizados a criar previdência complementar para seus servidores eletivos. Se o fizerem, poderão limitar a aposentadoria de seus servidores ao máximo de R\$ 1.200,00. Lei complementar vai fixar as normas gerais para a previdência complementar de servidores públicos.

■ Professor de ensino infantil, fundamental ou médio poderá se aposentar cinco anos antes dos outros trabalhadores. Professores universitários terão de cumprir as mesmas exigências dos outros trabalhadores.

■ Aposentados e pensionistas terão os mesmos reajustes dados aos funcionários da ativa. Também

receberão, como já acontece, quaisquer benefícios e vantagens concedidos aos ativos.

■ Quem já tiver tempo de serviço para se aposentar pela atual legislação poderá pedir o benefício mesmo depois da reforma da Previdência, a qualquer tempo.

■ Servidor só poderá pedir aposentadoria se tiver no mínimo 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. Se ele não somar esse tempo de serviço público, mas já tiver 35 anos de contribuição (ou 30, no caso de mulher) e apresentar a idade mínima exigida não precisará mais pagar a contribuição previdenciária enquanto continuar na ativa. Mas quem já é servidor público (fase de transição)

só precisa comprovar cinco anos no cargo se apresentar requisitos mínimos para pedir aposentadoria.

■ Dentro de dois anos, nenhuma estatal poderá contribuir para o fundo de pensão dos empregados mais do que a parcela que cabe a cada funcionário.

■ Até que uma lei discipline o salário-família e o auxílio-reclusão para servidores, segurados e dependentes, esses benefícios só serão concedidos a quem ganha até R\$ 360,00 por mês. O teto para os benefícios da Previdência passará a ser de R\$ 1.200,00 (desvinculado do aumento do salário mínimo). Esse teto será corrigido "de forma a preservar, em caráter permanente, o seu valor real".

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Beni Veras**Sacrifício foi para todos**

O relator da proposta de reforma previdenciária, Beni Veras (PSDB-CE), afirmou ontem que a

Previdência brasileira exigia uma mudança profunda para tornar-se "um sistema mais justo e equitativo, com menos distorções", única forma de garantir sua "sustentabilidade ao longo do tempo." Reconhece o senador que nesse processo muitos interesses foram contrariados, mas acredita que "o sacrifício foi distribuído entre todos."

Ele ressaltou a complexidade do tema, não apenas técnica, mas também política, por colocar em jogo "o destino de dezenas de milhões de brasileiros".

José Eduardo Dutra
Prejuízo maior para os pobres


O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, afirmou que a reforma da Previdência

"terá resultados muito graves para a maioria dos trabalhadores brasileiros", principalmente por fixar a mesma idade mínima para aposentadoria de qualquer pessoa. Para ele, os trabalhadores pobres terão de trabalhar "até 44 ou 45 anos" antes de se aposentar, enquanto pessoas da classe média trabalharão menos.

- Pessoas pobres começam a trabalhar muito cedo, às vezes até com menos de 16 anos. Mas elas só vão se aposentar, como todo mundo, aos 60 anos, no caso de homem, ou 55, se mulher. Já as pessoas da classe média começam mais tarde, depois que terminam os estudos - ponderou Dutra.

Ronaldo Cunha Lima**Privilégios não, prerrogativas**

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) defendeu que juízes possam ter aposentadorias diferenciadas, citando escritos federalistas, feitos há mais de 200 anos, quando da aprovação da Carta Magna dos EUA, sobre as condições para que um juiz possa trabalhar com independência, entre elas a estabilidade no emprego e o seu salário.

Conforme o texto lido, "o controle sobre os meios de subsistência de um homem equivale a um controle sobre sua vontade". Ronaldo reafirmou sua convicção de que o Senado não havia aprovado, no primeiro turno, quaisquer privilégios, mas simplesmente manteve prerrogativas.

Conforme o texto lido, "o controle sobre os meios de subsistência de um homem equivale a um controle sobre sua vontade". Ronaldo reafirmou sua convicção de que o Senado não havia aprovado, no primeiro turno, quaisquer privilégios, mas simplesmente manteve prerrogativas.

Epitácio Cafeteira
Preservar as conquistas


O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) afirmou que votaria contra o substitutivo da reforma da Previdência por acreditar que a proposta "retira conquistas dos trabalhadores". Por essa mesma razão, o senador comunicou que também votaria contra a retirada da aposentadoria especial para magistrados. "É preciso que o juiz saiba que vai viver e morrer com dignidade, sem precisar estender sua mão para a ajuda de quem quer seja", assinalou.

- A minha posição sempre foi a de lutar pela manutenção daquilo que estava combinado quando o trabalhador começou a trabalhar, não pela manutenção dos privilégios, mas para que não se corte o direito que era expectativa do trabalhador brasileiro - salientou.

- A minha posição sempre foi a de lutar pela manutenção daquilo que estava combinado quando o trabalhador começou a trabalhar, não pela manutenção dos privilégios, mas para que não se corte o direito que era expectativa do trabalhador brasileiro - salientou.

Roberto Requião**Contra as concessões**

"Está na hora de acabar com todos os privilégios", afirmou o senador Roberto Requião (PMDB-PR). L e m b r a n d o

que o Congresso Nacional acabou com a aposentadoria especial para parlamentares, Requião frisou que "não se pode ter um país especial para os magistrados, pois é importante que os juízes vivam a realidade previdenciária do resto dos trabalhadores".

- Quando notarmos a crueldade dessa reforma da Previdência, que tratou com dureza os trabalhadores rurais, os quais terão suas aposentadorias impossibilitadas, aí sim poderemos dar concessões a algumas categorias - destacou.

José Ignácio**Juízes poderosos e com crédito**

José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) ponderou que o Brasil a cada dia tem mais conflitos e isso exige juízes poderosos e com crédito, "à altura das expectativas da sociedade aberta que estamos criando". Para ele, já vai longe o tempo em que um juiz dependia do coronel do interior.

- Pode-se perguntar: mas qual a diferença entre um magistrado e um enfermeiro? Por que o magistrado precisa de condições para sua independência? A diferença é que o magistrado julga. Os conflitos que vão se compor na sociedade aberta exigem a presença de uma magistratura à altura dos conflitos. Não queremos fascismo, porque ele é a supressão de conflitos.

José Ignácio Ferreira sustentou a necessidade de uma magistratura forte e independente.

José Ignácio Ferreira sustentou a necessidade de uma magistratura forte e independente.

Osmar Dias**Seguindo quem tem experiência**

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que votaria contra a aposentadoria especial para os magistrados por

causa das declarações do presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Melo, e do presidente da República, Fernando Henrique, contra os privilégios à magistratura. O senador explicou que, quando está em dúvida em relação a alguma questão, segue a orientação daqueles que têm mais experiência do que ele.

- Quando o presidente da República fala ao público está dizendo aquilo que considera mais importante, porque ele não se arriscaria a fazer um discurso que não correspondesse ao que considera mais correto.

Josaphat Marinho**Garantia de um direito**

Assinalando que não surgiu fato novo que mudasse seu voto dado em primeiro turno, Josaphat Marinho (PFL-BA)

sustentou que a possibilidade de aposentadorias especiais para magistrados não é privilégio, mas o reconhecimento de uma situação distinta.

Josaphat citou a Constituição, a qual proíbe que juízes possam exercer qualquer cargo ou função, exceto a de professor. Para o senador, se aprovada a expressão "no que couber" não se estaria beneficiando os juízes. O artigo 93 da Constituição afirma que lei complementar, de iniciativa do STF, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observando, entre outros, o princípio da aposentadoria com proventos integrais por invalidez ou aos 70 anos. "Não se trata, portanto, de assegurar um privilégio, mas de garantir um direito", concluiu Josaphat.

Eduardo Suplicy**Regime único sem exceções**

"O fim de qualquer tipo de privilégio" foi defendido por Eduardo Suplicy (PT-SP), ao apoiar a posição

de seu partido a favor de um regime único para todos os brasileiros. Quanto aos magistrados, ponderou que gozam das garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, ressalvando que "irredutibilidade de vencimentos não significa irredutibilidade da aposentadoria."

Eduardo Suplicy definiu como "luz importante" as palavras do presidente do Supremo, ao ressaltar que os magistrados devem ter o mesmo tratamento que os outros brasileiros.

Jefferson Péres**Abstenção a "contragosto"**

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) declarou que "a contragosto" se abstinha de votar, man-

tendo a posição por ele adotada anteriormente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e no primeiro turno. O senador tem um magistrado na família e se sentiu impossibilitado de votar contra a favor, registrando sua justificativa nos Anais do Senado.

Relatou Jefferson que o magistrado, pessoa não apenas de parentesco muito próximo, como também de sua estima, pediu-lhe o voto. "Respondi-lhe que, a partir daquele momento, sentia-me impedido de votar. Se votasse a favor, estarei beneficiando um parente próximo e muito estimado; se votar contra, estaria magoando uma pessoa de meu universo afetivo", declarou.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Lúdio Coelho**Risco de interferência**

Após discutir a proposta de reforma da Previdência, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) lembrou que, desde quando a matéria começou a tramitar na Casa, estava acompanhando atentamente todas as discussões para que pudesse votar a proposta de acordo com a sua própria consciência. Conforme disse, a discussão específica em torno de possíveis privilégios da magistratura poderia significar a interferência do Senado no Judiciário.

Lúdio observou que "a independência dos Poderes é a base da democracia", e disse que o seu voto seria "a favor dos magistrados para manter a autonomia do Judiciário".

Esperidião Amin**Pela clareza nas posições**

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) anunciou que votaria a favor dos magistrados por entender que a frase "no que couber" permite à magistratura, numa lei complementar, definir se a aposentadoria da categoria fica como está ou mudará para se adequar a uma nova situação.

Amin disse que a questão da aposentadoria da magistratura se transformou, após a votação em primeiro turno, numa matéria polêmica. A seu ver, ao homem público, ao político, no entanto, não é dado deixar de anunciar, da maneira mais clara possível, a sua posição.

José Serra**O custo da aposentadoria**

José Serra (PSDB-SP) disse que o Brasil gastou, ano passado, nas três esferas do poder público, R\$ 47

bilhões para aposentadoria de servidores públicos, que representam apenas 16% dos aposentados do país, enquanto o INSS gastou em torno de R\$ 43 milhões para atender a 84% dos aposentados restantes. Isso significa que a remuneração da aposentadoria no setor público é seis vezes maior que a paga pelo INSS.

Segundo José Serra, a expressão "no que couber" permitiria alterar as condições de remuneração da categoria e também de idade.

Roberto Freire**Igualdade para todos**

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE), embora a discussão em torno da reforma da Previdência estivesse centralizada no destaque supressivo relacionado aos magistrados, não se estava discutindo mudança na magistratura. "Estamos defendendo que o sistema de aposentadoria seja igual para todos; falouse dos integrados e não dos excluídos", frisou.

- Ao discutirmos a questão previdenciária no âmbito do serviço público, pioramos a situação para os segurados em geral. Não podemos permitir que haja exceção, para, democraticamente, universalizar o direito à Previdência - acrescentou.

Francelino Pereira**Magistrados vão compreender**

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez declaração de voto pela definição da aposentadoria dos magistrados no texto constitucional, independentemente de lei complementar. Enfatizou que o Senado, seguido pela Câmara, deu o exemplo, ao extinguir o IPC, e se igualou aos demais no que diz respeito aos proventos de aposentadoria. "Agora somos todos iguais", acrescentou.

- Estou certo de que os magistrados, que tantos serviços prestam a essa nação, compreenderão o nosso voto, que se ajusta à realidade que nos é indicada pelo sentimento da sociedade e os valores da democracia - afirmou.

Bernardo Cabral**Carreira pode perder atrativo**

Afirmando que votaria pela manutenção da expressão "no que couber" por considerar que retirá-la do texto seria como "colocar uma pá de cal nos atrativos à carreira de juiz", Bernardo Cabral (PFL-AM) ressaltou que o melhor caminho para resolver o tema relativo à aposentadoria e pensão dos magistrados seria deixar para lei complementar.

- A magistratura tem qualidades que não podem ser desprezadas. Uma delas é o difícil caminho que os seus membros têm de enfrentar desde o interior do estado até chegarem à capital, numa promoção nem sempre fácil - justificou.

Carlos Wilson**Congresso deu o exemplo**

"Em homenagem ao presidente do STF", o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) anunciou que votaria a favor da quebra dos privilégios na magistratura e que também havia sido motivado nessa decisão pelo fato de o Congresso, contrariando todas as expectativas, ter resolvido "cortar a sua própria carne" e abolir o IPC.

Carlos Wilson destacou a afirmação do presidente do STF de que "o Senado tinha avalizado no primeiro turno a manutenção dos privilégios da magistratura", embora soubesse que a maioria da opinião pública é contra privilégios.

O senador assinalou que sabia que as discussões iriam se acirrar no momento da quebra dos privilégios, especialmente no Congresso Nacional. Por isso, disse, apresentou projeto propondo a extinção do IPC, o qual foi anexado à proposta da Câmara dos Deputados.

Ademir Andrade**Contra todos os privilégios**

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) declarou que manteria seu voto sobre o destaque relacionado à magistratura, lembrando ter-se declarado contra a expressão "no que couber" desde o primeiro momento. Ele afirmou estar dentro da sua expectativa que a discussão da reforma da Previdência se concentrasse em três categorias: parlamentares, militares e magistrados.

Após salientar que destaque do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) suprime idêntica expressão em relação aos militares, Ademir Andrade afirmou não ser possível aos congressistas limitarem-se às mudanças no sistema de aposentadoria dos parlamentares. "Haveremos de acabar com o privilégio dos magistrados e também dos militares", ressaltou.

Emília Fernandes**Pontos centrais ficam relegados**

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) declarou seu voto contrário ao substitutivo, argumentando que "não é penalizando o funcionário público que se resolverá o problema da Previdência". Para ela, o Senado centralizou a discussão sobre a aposentadoria de parlamentares e magistrados, desviando a atenção dos "pontos centrais" da questão.

- Poderíamos ter discutido melhor, por exemplo, as aposentadorias dos portadores de deficiência física e dos professores, como também a abertura do mercado para a previdência privada - disse.

Benedita da Silva**Trágica e cruel desigualdade**

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) considerou que se reveste de uma "trágica e cruel desigualdade social institucionalizada" a exigência de idade mínima de 60 anos para homem e 55 para mulher e a de tempo de contribuição (em vez de "tempo de serviço") como requisitos para aposentadoria.

Ao discursar antes da votação, Benedita afirmou que o substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE) "não levou em conta a tenra idade com que muitos trabalhadores ingressam no mercado".

- Assim, quem primeiro começa a trabalhar, os dependentes das famílias de baixa renda, contribuirá muito mais do que os que podem ingressar no mercado mais tarde - argumentou.



Maldaner: caso encerrado

Assembléia decide negar impeachment de Paulo Afonso

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comunicou ontem ao plenário a rejeição, pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, do pedido de *impeachment* do governador Paulo Afonso Vieira, acusado de crime de responsabilidade na emissão de precatórios.

De acordo com Maldaner, além da bancada do PMDB, partido do governador, deputados do PFL, PDT e PSDB também votaram contra o afastamento de Paulo Afonso. Segundo o senador, o processo contra o governador e também contra o vice, José Augusto Hulse, está definitivamente encerrado.



Sebastião Rocha: pesar

Rocha lamenta morte de empresário

Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou pesar pelo falecimento do presidente da Federação das Indústrias do Amapá, Francisco Leite da Silva, ontem, devido a um choque cardiogênico.

Ele disse que, apesar de eventuais divergências que possam ter existido entre os dois, sobre alguns temas da política do Amapá, o empresário "fará muita falta ao estado e sua morte causa grande consternação".

Senador alerta para denúncia de ribeirinhos, ameaçados por alienígenas "que se arvoram em donos da floresta"

Invasão de estrangeiros na Amazônia preocupa Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) alertou ontem para denúncia feita por moradores ribeirinhos da localidade de Boca do Caribi, no Médio Amazonas, sobre a presença de estrangeiros, com títulos de grandes extensões de terra, que estão ocupando áreas e, assim, prejudicando a prática do extrativismo naquela região. O senador leu documento assinado por 270 ribeirinhos que se sentem ameaçados por uma invasão de alienígenas, "caprichosos na catalogação de nossa fauna e flora".

- São pessoas alheias ao meio que, sem dar quaisquer explicações, se arvoram em donos da floresta e das riquezas da região - completou.



Cabral: estranhos no ninho

Depois de ressaltar que os povos da Amazônia só querem o direito de trabalho na terra de onde garantem a subsistência, Cabral lembrou que a região, ao longo de sua história, sempre despertou a cobiça internacional e a ambição de aventureiros em busca da multiplicação de fortu-

nas.

- Não tenho vocação nem razões para assumir um discurso xenófobo para defender os interesses nacionais, entretanto penso que a advertência desses caboclos é de extrema gravidade e merece acurada atenção - advertiu.

Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que esse tipo de presença de estrangeiros apresenta riscos. Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou importante o alerta dos povos da Amazônia. Já Romero Jucá (PFL-RR) destacou a necessidade de o país discutir o desenvolvimento sustentável da região. E Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou Cabral, apontando-o como intrínseco defensor da Amazônia.

Tebet protesta contra ingerência americana

Em aparte ao discurso proferido pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou-se "indignado" com um documento preparado pela embaixada americana e divulgado no jornal *O Globo* de ontem, "tachando a classe política brasileira de corrupta". Além de atingir o Parlamento e atacar os partidos políticos, o documento é um flagrante desrespeito ao Brasil, disse o senador.

- Não podemos ficar silêncios. É realmente uma ingerência nos destinos do país. É



Tebet: pedido de desculpas

inadmissível que a representação diplomática dos Estados Unidos, um país amigo, apresente um documento que atinge o Legislativo e até o Judiciário brasileiro - acentuou Te-



Lobão: em boas mãos

Para Lobão, Embraer é exemplo de privatização

Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), graças à privatização no momento certo, superou suas dificuldades e "é um bom exemplo dos frutos produzidos por essa prática", hoje adotada em todo o mundo. Ele falou a propósito do 28º aniversário da empresa, comemorado recentemente.

Lobão destacou o prestígio da Embraer fora do Brasil, assinalando que a empresa está apta a competir no mercado internacional em igualdade de condições, já que recebeu os certificados ISO 9001 para seus sistemas de qualidade, em várias de suas atividades.

Conforme o senador, em quase três décadas de existência, foram produzidas e vendidas pela Embraer mais de 4.900 aeronaves de vários modelos para mais de 200 diferentes clientes, em 37 países, caracterizando-se os aviões da empresa pela alta qualidade, baixo custo de aquisição e manutenção, além do excelente desempenho.

Lobão acrescentou que a Embraer participa, atualmente, de vários programas aeroespaciais, produzindo aeronaves leves movidas por motores a pistão, turboelices e jatos; aviões militares altamente sofisticados; peças, subconjuntos e partes estruturais para os maiores fabricantes dos Estados Unidos. Além disso, desenvolve parcerias com empresas aeroespaciais para a produção do jato MB-326; do avião Tucano; do helicóptero S-29; do jato AMX e outros projetos.

Palmeira apela por setor sucro-alcooleiro

Guilherme Palmeira (PFL-AL) dirigiu apelo aos ministros Francisco Dorneles, da Indústria, do Comércio e do Turismo, e Raimundo Brito, de Minas e Energia, para que sejam resolvidos os problemas de preços para o setor sucro-alcooleiro.

- Torna-se inadiável uma providência que viabilize a equação econômica dos produtores, que é transferir o subsídio de R\$ 200 milhões,

hoje destinado aos distribuidores, para a produção das 50 milhões de toneladas de cana-de-açúcar do Nordeste, com o que se adicionaria, ao preço de cada tonelada, a importância de R\$ 4,00 - acrescentou.

Palmeira salientou que o mercado do açúcar está virtualmente liberado em todo o país. As exceções, conforme afirmou, "são o álcool hidratado e a cana, tabelada em R\$ 27,03 por tonelada, af in-



Palmeira: subsídio à produção cluídos todos os encargos". Ele assinalou que "esse subsídio tem gerado distorções altamente prejudiciais à economia regional, induzindo ao aparecimento de produção de outras regiões, fraudulentamente atribuída ao Nordeste".



Muita gente acompanhou com atenção a reunião de ontem sobre os jogos de azar, na comissão

Jogo do bicho também constará da discussão em torno do projeto de lei da Câmara que começa a ser apreciado no Senado

Legalização de cassinos terá audiência na CCJ

José Ignácio vê comércio pré-eleitoral de legendas

A necessidade da reforma partidária e a urgência de definição de programas "que reflitam ideologicamente a conduta e as prioridades do segmento popular" que cada legenda representa foram defendidas pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que vê em algumas mudanças de partido características de troca de mercadorias.

- O que se viu foi um descontrolado comércio de legendas que uns guardavam no bolso como se fossem moedas; negociavam-se legendas como se vendem frutas nas quitandas - comparou.

Essas distorções aconteceram, segundo José Ignácio Ferreira, dentro do seu próprio partido no Espírito Santo, onde há "pré-candidato que até hoje não rasgou a ficha que assinou com os trabalhistas".



José Ignácio: frutas na quitanda

Por sugestão do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) decidiu ontem realizar audiência pública com autoridades das áreas de turismo, segurança pública, previdência e tributação sobre projeto de lei da Câmara dos Deputados que legaliza os cassinos e o jogo do bicho. As autoridades serão indicadas, respectivamente, pelos ministros da Indústria, do Comércio e do Turismo, da Justiça, da Previdência Social e da Fazenda.

Na reunião de ontem, a votação foi adiada devido a pedidos de vista dos senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Pedro Simon (PMDB-RS).

O projeto permite, mediante autorização dos estados e do Distrito Federal, a exploração dos jogos de azar em hotéis-cassinos, em hotéis que para tanto venham a se adequar e em cassinos administrados por pessoas jurídicas previamente credenciadas em locais de potencial turístico ou onde não haja outras alternativas para o desenvolvimento econômico-social.

Permite também a exploração do jogo do bicho, mediante autorização do governo estadual ou do DF, a ser dada, sem o caráter de exclusividade, às pessoas jurídicas constituídas e que comprovem capacidade econômica e financeira.

Em seu parecer, Edison Lobão (PFL-MA) contesta o argumento dos que acham que a legalização do jogo contribui para o aumento da criminalidade e sustenta que não há provas ou indícios de que isso corresponda à realidade.

Após ler o parecer, Lobão informou que 135 países possuem cassinos, e que no Brasil há 52 cassinos clandestinos que faturam por ano mais de 1 bilhão de dólares.

O projeto de legalização dos jogos de azar foi contestado por vários senadores. Esperidião Amin anunciou que votará contra e que pretende prejudicar ao máximo a tramitação da matéria. Pedro Simon também se manifestou contra a proposição e condenou os sorteios promovidos pela tevê, enquanto José Serra (PSDB-SP) disse que a legalização dos jogos de azar poderia prestar-se a esquemas organizados de lavagem de dinheiro e de recrutamento para a prostituição e o crime.

Participaram ainda dos debates sobre a liberação dos cassinos e do jogo do bicho os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Jefferson Péres, Ramez Tebet (PMDB-MS), Roberto Freire (PPS-PE) e Levy Dias (PMDB-MS).

JUIZES CLASSISTAS

Na mesma reunião, a CCJ decidiu adiar, para exame, a votação da proposta de emenda constitucional do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. O substitutivo do senador Jefferson Péres acaba com o juiz classista no TST e nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), mas não nas Juntas de Conciliação e Julgamento. O substitutivo recebeu emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que prevê juizes classistas apenas nas juntas, mas sem remuneração (o cargo seria honorífico).

Comissão aprova relatório preliminar com emendas ao Orçamento para 1998

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), aprovou na reunião de ontem, sob a presidência do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o relatório preliminar, com o parecer do deputado Aracely de Paula (MG) às emendas apresentadas ao projeto de lei "que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1998".

Na mesma reunião, três projetos foram aprovados pela comissão, dois deles autorizando o Executivo a abrir no Orçamento Fiscal da União créditos especiais em favor dos ministérios da Fazenda e da Justiça, até os limites, res-

pectivamente, de R\$ 3.034.520 e R\$ 2,6 milhões. O outro projeto, autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 610.234, também em favor do Ministério da Justiça.

De acordo com o relatório, e conforme a proposta orçamentária do Poder Executivo para o exercício financeiro de 1998, os orçamentos fiscal e da seguridade social somam R\$ 437,9 bilhões. "Deduzido o refinanciamento da dívida pública federal, no montante de R\$ 173,1 bilhões, o orçamento assim ajustado se reduz a R\$ 264,8 bilhões", disse o relator.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) sobre a necessidade de os municípios terem mais autonomia para resolver problemas nas áreas de saúde, segurança e assistência social (inédito)
 - 7h30 - "Jornal da Amazônia"
 - 8h - Debate entre o senador Levy Dias (PPB-MS) e o deputado federal Delfim Neto (PPB-SP) sobre a política de juros do governo federal, as reformas fiscal e tributária e seus reflexos na economia nacional (inédito)
 - 9h30 - Entrevista com o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) (reapresentação)
 - 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
 - 13h30 - "Fala Cidadão" - que responde a perguntas dos usuários do serviço 0800 (reapresentação)
 - 14h30 - Sessão plenária (vivo)
 - Em seguida - Comissão de Infra-Estrutura (pré-gravada à tarde)
 - 20h30 - "Congresso Hoje"
 - 20h35 - "Senado em Pauta"
 - 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
 - 0h30 - "Jornal da Amazônia"
 - 1h - Debate entre o senador Levy Dias e o deputado federal Delfim Neto (reapresentação)
 - 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
 - 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
 - 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)
- Obs.: A programação ao vivo está sujeita a alterações

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 15h15 - "Plenário em Revista"
- 15h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até às 7h30



Suassuna: por Campina Grande

Suassuna homenageia a "Capital do Trabalho"

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) homenageou ontem Campina Grande pelo seu 133º aniversário, destacando que é a cidade mais industrializada da Paraíba e constitui centro urbano privilegiado em relação a todo o interior do Nordeste.

Suassuna assinalou que, enquanto no interior da Paraíba ainda predominam as atividades agrícolas e a pecuária de subsistência, naquela cidade prospera um importante centro industrial.

Na opinião do senador, Campina Grande vem confirmando sua vocação pioneira de grande centro do comércio regional e notabilizando-se como núcleo de excelência do ensino universitário na região.

Depois de ressaltar que aquele município se constitui em um dos maiores núcleos internacionais de industrialização e comercialização de algodão, açúcar, sisal e couro, Suassuna lembrou que Campina Grande recebeu do "Poeta da Terra", o então deputado Raymundo Asfora, a qualificação de "Capital do Trabalho".

A Paraíba, em conjunto com os outros estados nordestinos, vem superando o atraso econômico e ultrapassando a barreira de empecilhos que lhe limitava o desenvolvimento - afirmou.

Em apertes, os senadores Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena, ambos também do PMDB da Paraíba, associaram-se à homenagem.

Médico e hospital serão escolhidos livremente pelo segurado, conforme o parecer, que irá agora à Comissão de Assuntos Econômicos

CAS define as regras para o seguro-saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, com emendas do relator Valmir Campelo (PTB-DF), parecer favorável ao projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) regulamentando os contratos dos seguros-saúde.

A matéria já recebeu parecer da CCJ pela constitucionalidade e juridicidade e vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo.

A proposição define como seguro-saúde a modalidade de seguro privado na qual é assegurado ao contratante, familiares ou dependentes o direito de ter suas despesas com assistência médica pagas, ressarcidas ou reembolsadas pela seguradora.

De acordo com o projeto de Lúcio Alcântara, a livre escolha do médico e do estabelecimento de saúde é condição obrigatória nos contratos de seguro-saúde. A medida também determina que o reajuste das prestações de seguros-saúde só poderá ocorrer após um ano de vigência dos respectivos contratos ou de reajuste anterior, e será feito pelos índices de reajuste salarial.

Conforme o senador Valmir Campelo, foi necessário ampliar o conceito de assistência médica não apenas para diagnóstico e recuperação da saúde, como para sua manutenção e prevenção de doenças, como, por exemplo, imunizações e assistência pré-natal. "Todos esses serviços e ações não se fazem sem custos, pois não tem sentido não serem cobertos pelo seguro-saúde", disse o relator.

Outra emenda determina que, em caso de morte do segurado, a seguradora deve manter por seis meses os benefícios para os familiares e dependentes segurados, desde que não se manifestem formalmente contra a rescisão do contrato e continuem pagando as mensalidades.

Nos casos de cirurgias plásticas não restauradoras de fun-

ção e tratamentos de emagrecimento com fins estéticos, o custo da perícia médica deverá ser dividido entre seguradora e segurado, conforme prevê outra emenda.

A última emenda estabelece que bebês com complicações de saúde, filhos de mães seguradas, terão cobertura até os dois meses de vida, e não só até os 28 dias, como prevê o texto inicial.



A pauta da reunião da CAS incluiu outras matérias de saúde, além do seguro regulamentado

Assistente social já tem piso salarial: R\$ 384,00

Na mesma reunião, a CAS aprovou também o substitutivo do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) a projeto da Câmara estabelecendo normas sobre a remuneração mínima para o profissional de assistência social. O piso salarial foi fixado em R\$ 384,00, asseguradas todas as reposições e reajustes previstos pela legislação.

Quintanilha ressalta no seu parecer que, ao contrário de outras profissões regulamentadas, a relativa ao assistente social deixou de incluir o salário mínimo profissional da categoria. Por essa razão, observou, os salários pagos a esses profissionais estariam muito aquém do devido.

A comissão acolheu "ainda parecer do senador Osmar Dias (PSDB-PR) pela rejeição de projeto do senador Lúcio

Alcântara sobre a dedução dos valores pagos a entidades de previdência privada no Imposto de Renda.

Osmar Dias destacou que apenas 10 por cento dos brasileiros têm condições de contribuir com previdência privada. O projeto depende de apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.

SANGUE

A realização de uma audiência pública para ouvir depoimento do professor Dalton de Alencar Fisher Chamone sobre as denúncias de contaminação de sangue noticiadas pela imprensa foi decidida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao acolher requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP). Chamone é diretor-presidente da Fundação Pró-Hemocentro de São Paulo.



Boaventura: progresso nos trilhos

Boaventura aprova trem entre Goiás e São Paulo

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) destacou a importância do início da operação do novo sistema de transporte ferroviário entre Catalão (GO) e Cubatão (SP). Com a recuperação e a modernização dos trechos da Fepasa, o percurso de ida e volta será bastante reduzido, informou ele, eliminando o principal entrave para o salto econômico de Catalão, como explicou:

- Os resultados serão altamente compensadores, pois os mesmos comboios que levarão o fosfato de Catalão para as indústrias de Cubatão terão retorno garantido com o transporte de enxofre, que é usado nas usinas misturadoras, localizadas no Triângulo Mineiro.

Conforme Albino Boaventura, com a utilização plena da ferrovia e o aumento do número de composições serão eliminadas 46 mil viagens anuais por caminhão, reduzindo acidentes e os custos de conservação das estradas.

- Outro fato fundamental é que a produção nacional de fertilizantes ganhará novas escalas para competir no mercado internacional, graças à redução dos custos de transporte. Antes, as rochas fosfáticas retiradas de Catalão competiam desigualmente com os produtos de outros países, pois o transporte marítimo internacional era mais barato que os nossos transportes internos - assinalou.